

**O RETORNO DO DESENHO AOS CURRÍCULOS ESCOLARES: UM OLHAR  
SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA ABEG NO PERÍODO DE 1983 a 1991**

***THE RETURN OF DRAWING TO SCHOOL CURRICULUMS: A LOOK AT THE  
CONTRIBUTIONS OF ABEG IN THE PERIOD 1983 to 1991***

**Rossano Silva<sup>1</sup>**

**Gilson Braviano<sup>2</sup>**

**Resumo**

O objetivo do presente trabalho é investigar os discursos que visavam a reinclusão da disciplina de Desenho nos currículos escolares brasileiros, proferidos nos Simpósios Nacionais de Geometria Descritiva e Desenho Técnico promovidos pela Associação Brasileira de Expressão Gráfica – ABEG –, denominada anteriormente Associação Brasileira de Professores de Geometria Descritiva e Desenho Técnico – ABPGDDT. Serão analisados os argumentos que justificariam tal ação, tendo como fontes primárias documentos elaborados nos eventos promovidos pela Associação, no recorte temporal 1983-1991. A base teórica da investigação se pauta nos pressupostos da história do currículo a partir da perspectiva de Ivor Goodson (1990 e 2018) e da história dos conceitos de Reinhart Koselleck (2012). A análise das fontes demonstrou que a modalidade de Desenho defendida era aquela relacionada às disciplinas acadêmicas da Expressão Gráfica, em especial ao Desenho Geométrico e à Geometria Descritiva. Também foi possível perceber mudanças no sentido dos termos Desenho e Expressão Gráfica, a partir da inserção de discussões sobre as implicações das tecnologias computacionais na área, que ampliaram seu significado considerando as novas formas de representação.

**Palavras-chave:** desenho; expressão gráfica; história do currículo.

**Abstract**

The objective of this work is to investigate the discourses that aimed to reinclude the subject of Drawing in the Brazilian school curricula, delivered at the National Symposiums of Descriptive Geometry and Technical Drawing promoted by the Brazilian Association of Graphic Expression - ABEG, which at the time was called the Brazilian Association of Teachers of Descriptive Geometry and Technical Drawing - ABPGDDT. The arguments that would justify such action will be analyzed, having as primary sources documents prepared at the events promoted by the Association, in the time frame 1983-1991. The theoretical basis of the investigation is based on the assumptions of the history of the curriculum from the perspective of Ivor Goodson (1990 and 2018) and the history of concepts by Reinhart Koselleck (2012). The analysis of the sources demonstrated that the Drawing modality defended was the one related to the academic disciplines of Graphic Expression, especially Geometric Drawing and

---

<sup>1</sup> Doutorado, UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil, [rossano.degraf@gmail.com](mailto:rossano.degraf@gmail.com); <https://orcid.org/0000-0003-1591-860X>

<sup>2</sup> Doutorado, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, [gilson@cce.ufsc.br](mailto:gilson@cce.ufsc.br); <https://orcid.org/0000-0002-7967-2015>

Descriptive Geometry. It was also possible to perceive changes in the meaning of the terms Drawing and Graphic Expression, based on the inclusion of discussions about the implications of computer technologies in the area, which expanded their meaning considering the new forms of representation.

**Keywords:** drawing; graphic expression; curriculum history.

## 1. Introdução

O presente estudo faz parte de um projeto de pós-doutoramento que visa analisar a trajetória institucional da Associação Brasileira de Expressão Gráfica – ABEG –, realizado pelo primeiro autor no programa de pós-graduação em Design da UFSC com a supervisão do segundo autor. O artigo apresentado tem por objetivo analisar os discursos promovidos pela Associação, que, no período de recorte da pesquisa, se chamava Associação Brasileira de Professores de Geometria Descritiva e Desenho Técnico – ABPGDDT –, os quais debatiam sobre a reinclusão da disciplina de Desenho nos currículos escolares brasileiros, identificando as concepções de Desenho e Expressão Gráfica expressas nos encontros.

Para efetuar tal análise, serão observados os discursos proferidos nos Simpósios Nacionais de Geometria Descritiva e Desenho Técnico promovidos pela ABPGDDT, em especial aqueles ocorridos entre 1983 e 1991, quando essa temática era evidenciada nas edições do certame. A pesquisa se alinha aos pressupostos teóricos da história do currículo a partir da perspectiva de Ivor Goodson (1990 e 2018). Tal aporte auxiliou a compreender o movimento de uma disciplina, tanto em seu contexto escolar como acadêmico, pois, ao analisar o desenvolvimento da disciplina de Geografia, no Reino Unido, Goodson (1990) inferiu que, desde sua inclusão nos currículos escolares até sua institucionalização no ensino superior, a disciplina passou por diferentes fases e níveis de discussão. E ao alcançar o status de disciplina acadêmica, definido com a criação de Departamentos nas universidades, a Geografia alcançou alto grau de teorização e de debates sobre sua conceitualização, movimento apresentando certa similaridade com a área de Expressão Gráfica, que, no contexto analisado, deixava de se configurar como uma disciplina escolar, mas manteve sua contraparte no ensino superior.

Outro aporte teórico utilizado nesta investigação é o da história dos conceitos, formulada por Reinhart Koselleck (2012), cujo objetivo é compreender as mudanças de sentido que determinados conceitos assumem em diferentes contextos sociais e históricos. Para o autor, a questão central está em responder: “Como se articula a relação temporal entre conceitos e estados de coisas? Sem dúvida, a chave da história conceitual reside aqui” (Koselleck, 2012, p.31-32). Nesse sentido, a presente investigação lança um olhar sobre as mudanças conceituais que termos como Expressão Gráfica e Desenho adquiriram no decorrer do recorte temporal investigado.

Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma pesquisa histórica, na qual as fontes elencadas foram analisadas pela perspectiva crítica, na qual os documentos não são tomados como verdades absolutas, mas como discursos construídos historicamente e socialmente, sendo necessários confrontá-los com seus contextos de produção. As fontes analisadas consistem principalmente de documentos produzidos nas edições de número cinco a dez dos Simpósios Nacionais de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, realizados em: 1983 – Bauru/SP; 1984 – Londrina/PR; 1985 – Juiz de Fora/MG; 1986 – Rio de Janeiro/RJ; 1989 – Embu/SP; e 1991 – Brasília/DF. A referida documentação faz parte do acervo da ABEG, em posse da atual presidência da Associação, situada na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC –, em Florianópolis, sendo composto por documentos oficiais e periódicos. A escolha

desse escopo documental deriva da percepção dos autores de que naquele momento havia a preocupação em refletir e debater sobre a reinclusão do Desenho nos currículos escolares brasileiros. Além desses documentos seguindo os pressupostos da história do currículo, não poderiam ser excluídos os aspectos prescritivos do currículo<sup>3</sup>, que, nessa investigação, são os pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação – CFE.

A ABPGDDT foi criada em 1963 e buscava congrega professores de Expressão Gráfica do ensino superior, em especial aqueles ligados às escolas de Engenharia e Belas Artes. A criação da Associação deriva das três primeiras edições dos Simpósios Nacionais de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, realizadas entre os anos de 1955 e 1959. Naquele contexto, o Desenho era uma disciplina presente nos currículos escolares do ensino primário e secundário, o que caracterizava uma estrutura composta por uma disciplina escolar, o Desenho, e uma disciplina acadêmica, a Expressão Gráfica. Nesse sentido, a Associação, apesar de ter como foco o ensino superior, mantinha relação com a educação escolar realizando recomendações para a adequação da disciplina escolar a partir das discussões acadêmicas ocorridas nos simpósios (Silva e Braviano, 2024). Tal configuração, como aponta Goodson (1990), ocorre a partir da institucionalização de uma disciplina no âmbito acadêmico na qual essa se torna uma referência à disciplina escolar. Assim, ao avaliar a situação no contexto de criação da ABPGDDT, percebeu-se que o ensino de desenho apresentava certa estabilidade nos currículos e tinha objetivos bem definidos; os debates na Associação refletiam sobre a melhoria e adequações conceituais da disciplina escolar a partir do debate acadêmico.

A partir de 1964, a ABPGDDT entra em estado de latência, decorrente das configurações impostas pela ditadura civil-militar instituída no Brasil, e, com a aprovação da lei 5692/1971, têm-se mudanças na estrutura curricular escolar, que levaram à retirada do Desenho como disciplina escolar. Assim, com o retorno da Associação em 1982, como parte das discussões ocorridas no III Congresso Brasileiro de Desenho e Plástica, ocorrido em Salvador/BA, o que caracterizou uma configuração muito diferente para o ensino escolar do Desenho. Embora ele estivesse presente, em alguns casos, junto à Educação Artística ou à Matemática, já não dispunha do mesmo status de disciplina escolar de outrora, constituindo-se, por vezes, como um conteúdo ou um saber escolar sem definição precisa de seu objeto de estudo e objetivos. Tal situação levou ao debate sobre sua reinclusão no ensino primário e secundário no interior da ABPGDDT, por ocasião da retomada dos Simpósios Nacionais de Geometria Descritiva e Desenho Técnico em 1983.

## 2. Debates sobre a Reinclusão do Desenho no Currículo Escolar

Ao analisar o documento denominado “Síntese dos Simpósios 1955/1989”, publicado em 2003 no Boletim comemorativo aos 40 anos da Associação (ABEG, set. 2003), percebem-se alguns indícios dos debates promovidos e das justificativas que visavam a reinclusão do desenho nos currículos escolares. A carta de princípios do 5º Simpósio, realizado na Fundação Educacional de Bauru, aponta os seguintes tópicos:

Inclusão do ensino da Geometria Descritiva no núcleo comum do ensino de 2º Grau. Inclusão do ensino de Desenho Geométrico no núcleo comum do ensino de 1º e 2º Grau. Inclusão no Concurso Vestibular, para ingresso nos cursos universitários, do desenho como pré-requisito na formação

<sup>3</sup> Para Goodson (2018), o currículo pode ser pensado em sua dimensão das práticas, aquilo que ocorre efetivamente no ambiente escolar e acadêmico, mas que é precedido pela sua dimensão prescritiva, que, em geral, se constitui sobre as formulações sociais, transfiguradas em leis, normativas, pareceres e materiais que prescrevem o currículo.

profissional. Obrigatoriedade da inclusão de Desenho Geométrico, Geometria Descritiva, Desenho Técnico e Desenho Industrial nos currículos das Escolas de Formação, tanto em ciências exatas como áreas técnicas (ABEG, set. 2003, p. 5, grifo nosso).

As demandas apresentadas no certame versam sobre a inclusão do Desenho a partir da base de sua disciplina acadêmica de referência, a Expressão Gráfica – como pode-se evidenciar ao mencionar a inclusão do Desenho Geométrico para o currículo do 1º e 2º graus e da Geometria Descritiva para o secundário –, além de apontarem a necessidade do retorno do Desenho para as provas de vestibular, que foram sendo extintas das universidades brasileiras com a implantação da Lei 5692/71. O documento ainda menciona que as Escolas e Colégios Militares mantêm a “tradição no ensino do Desenho” (ABEG, set. 2003, p. 5).

Outro ponto a ser destacado é o argumento da necessidade de que a Expressão Gráfica estivesse presente nos cursos de nível superior das áreas de ciências exatas e tecnológicas, o que nos indica que, mesmo nesse nível, houve mudanças na configuração do ensino. O argumento da necessidade do ensino do Desenho para a formação profissional foi uma constante da disciplina. Ainda como resultado do evento, é demandada a implantação de cursos de extensão e de pós-graduação em Desenho, com o objetivo de capacitar professores tanto para o ensino escolar como para o ensino superior. Tal demanda será reafirmada nas 6ª e 7ª edições do certame. Esse indicativo se dá em razão da tentativa de ampliar tanto a formação na área de Expressão Gráfica e Desenho, quanto a produção científica, o que poderia constituir uma estratégia para a valorização da disciplina, ao buscar sua consolidação no meio acadêmico. A carta de princípios do sexto Simpósio, realizado na Universidade Estadual de Londrina – UEL –, coloca as considerações sobre a pós-graduação da seguinte forma:

Considerar, como medida complementar, de grande alcance educacional e técnico, o início imediato da campanha nacional para implantação de cursos de pós-graduação nas **áreas de concentração “Desenho representativo em bases culturais científicas” e “Novos Enfoques Metodológicos do Desenho”**, em nível de Mestrado e Doutorado, na forma exigida pela legislação vigente e apoiar iniciativas já em desenvolvimento nesse sentido, tomadas pelas Universidades Federais de Pernambuco, Santa Catarina e Rio de Janeiro (UEL, 14 out. 1984, p. 1, grifo nosso).

Ao mencionar uma área de concentração denominada de “Desenho representativo em bases culturais científicas”, parece haver o objetivo da Associação em se desvincular do Desenho enquanto atividade artística, relacionando-o às bases da Geometria Descritiva e do Desenho Projetivo. É interessante destacar que, até hoje, não temos na descrição das áreas do CNPq uma classificação que englobe de forma satisfatória o campo disciplinar da Expressão Gráfica, estando o Desenho colocado como subárea nas Artes Plásticas. Em relação às iniciativas realizadas nas universidades, citadas no documento, possivelmente, se refira a cursos de especialização em desenho promovidos por essas instituições. Mesmo contemporaneamente os profissionais ligados à Expressão Gráfica possuem formação, tanto em graduação como em pós-graduação, em áreas diversas, pois, como salientam Fulgêncio, Figueiredo e Barros: “A partir das titulações de graduação, mestrado e doutorado, observamos que a área [de Expressão Gráfica] é constituída de sujeitos com uma formação interdisciplinar, especialmente nas seguintes: Arquitetura, Engenharia e Design” (2022, p. 93).

Na sexta edição do certame, houve uma reivindicação mais genérica. Enquanto pode-se observar, na carta de princípios de Bauru, uma prescrição para o ensino de Desenho, na qual figurava o Desenho Geométrico e a Geometria Descritiva como referências curriculares, o documento de Londrina, por sua vez, cita de forma genérica o termo Desenho, concebido

como parte da comunicação e expressão. Esse documento, em seu segundo ponto, apresenta o seguinte argumento:

Reafirmar, como reivindicação básica, a inclusão de DESENHO, como disciplina obrigatória nos currículos das escolas de 1º e 2º graus para garantir, **como forma de expressão e comunicação**, o desenvolvimento integral do indivíduo que é negado a milhões de brasileiros privados do acesso ao ensino superior e como forma de preparação de futuros profissionais nas áreas tecno-científicas e artísticas além de mão de obra especializada indispensável ao processo de emancipação da tecnologia nacional. (UEL, 14 out. 1984, p. 1, grifo nosso).

É interessante notar que o documento menciona a nova organização curricular proposta pela Lei 5692/71, que organizou os currículos em núcleos, nos quais as disciplinas estariam dispostas. Um desses núcleos era a Comunicação e Expressão, que congregava o ensino de Língua Portuguesa, como disciplina base, além de outras “matérias” consideradas obrigatórias, como, por exemplo, a Língua Estrangeira e a Educação Artística. O parecer 853, de 1971, do Conselho Nacional de Educação – CFE –, parece indicar esse caminho ao mencionar a organização do núcleo comum, que não deveria

[...] ser encarado isoladamente (art. 2º), se em termos de currículo, como já proclamavam os educadores no século XVIII, ‘tudo está em tudo’. **A Língua Portuguesa não pode estar separada, enquanto forma de Comunicação e Expressão, de Educação Artística ou de um Desenho que se lhe acrescentem, sob pena inevitável de empobrecimento.** [...] Assim também a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas têm de reciprocarse e completar-se desde os primeiros momentos de escolarização (Brasil, 1971, p 176-177, grifo nosso).

Embora o parecer não se refira ao Desenho como disciplina, é mantida a prática de realizar sua associação com a Comunicação e Expressão. Sobre a situação do Desenho perante a legislação educacional após a Lei 5692/71, houve as considerações elaboradas na comunicação “O Ensino da Matéria Desenho no 1º, 2º e 3º Graus” realizada pelos professores Bugre Toropí de Oliveira, coordenador do curso de Engenharia Química, e Tomás J. Aita, professor do Departamento de Expressão Gráfica, ambos da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Na referida comunicação, os autores destacam o ensino de Desenho no currículo escolar desde 1890, enfatizando a importância que a disciplina assumia na organização curricular, ao apresentar que

[...] nas décadas de 1950 e 1960, ele era ministrado nos cursos ginasial e científico. No curso ginasial, ele era lecionado de forma gradual e abrangente, do desenho artístico e decorativo ao técnico, recebendo um tratamento nivelado a outras matérias. No curso científico, era ministrado na forma de desenho técnico: desenho geométrico e geometria descritiva. Preparava o aluno, num nível de exigência apropriado ao curso secundário, de tal forma que seu estudo contribuísse como consolidação dos conhecimentos gerais, e para graduação em determinados cursos superiores (Oliveira e Aita, 1984, p. 2).

Nesse sentido, destacam a ligação intrínseca entre a disciplina escolar e sua contrapartida no ensino superior, vista no sentido de continuidade, além de relacioná-las à formação profissional e técnico-científica. Mas, é nas reformas instituídas na década de 1970 que o texto foca suas considerações ao analisar a construção prescritiva dos documentos

elaborados pelo CFE, citando: o parecer 853/71, a resolução 8/71, o parecer 4833/75, a resolução 58/76 e o parecer 570/77. Sobre o último, cita o seguinte trecho<sup>4</sup>:

Ora, o Desenho era e continua sendo, sem qualquer dúvida, um poderoso elemento de educação e um imprescindível instrumento para um melhor desempenho do homem, em múltiplas circunstâncias. **O ensino do desenho, entretanto, por si só, não satisfaz à expectativa em relação a Educação Artística.** Além do mais, **quando o ensino do Desenho se concentra na geometria, ele se desloca, com mais propriedade, para o campo das Ciências, “matéria” na qual a Matemática** se inclui como conteúdo específico para efeito de obrigatoriedade nos termos do Parecer nº 853/71 (Brasil, 1977, p. 27, grifo nosso).

Essa falta de definição do lugar ocupado pelo Desenho, na visão de Oliveira e Aita (1984), hora como parte da Educação Artística, hora da Matemática, levou a prejuízos em seu ensino. Para exemplificar a situação, citam o caso do Rio Grande do Sul, no qual, até 1979, o desenho geométrico era ensinado em conjunto com o Desenho Artístico, mas, por conta da interpretação do Parecer 570/77, o Conselho Estadual de Educação daquele estado considerou que o desenho geométrico apenas poderia ser ensinado junto à Matemática. Contudo, o fato de o Parecer 4833/75 do CFE não explicitar ele como parte da Matemática levou à retirada de seu ensino naquele estado.

Ainda na argumentação dos autores, as consequências das prescrições do CFE levaram ao prejuízo do ensino de Desenho no ensino superior, pelo fato de ele deixar de ser obrigatório nos vestibulares, o que levou à necessidade de os cursos superiores lecionarem assuntos que eram ministrados na educação escolar. Vale destacar que se encontrou nos discursos proferidos nos simpósios analisados a recorrência da associação do ensino do Desenho à formação profissional, o que coloca os argumentos apresentados por Oliveira e Aita em consonância com a concepção de ensino da ABPGDDT. A fim de propor uma solução ao impasse legislativo criado pelo CFE, aventam três possibilidades para o Ensino de Desenho: a primeira seria seu ensino vinculado à Educação Artística; a segunda, vinculada à Matemática; e a terceira, vinculada à Comunicação e Expressão como disciplina.

Sobre a primeira possibilidade, Oliveira e Aita afirmam que essa geraria prejuízo a ambas as disciplinas, pois ao citar o parecer 570/77 do CFE, mencionando que a Educação Artística “não é uma matéria, mas uma área bastante generosa e sem contornos físicos, flutuando ao sabor das tendências e dos interesses” (Brasil, 1977, p. 27), concluem que “[...] as características próprias e peculiares do ensino de desenho geométrico e técnico, pela forma concreta e técnica com que deve ser encarado, não podem mesmo se enquadrar no espírito e objetivos da Educação Artística [...]”. (Oliveira e Aita, 1984, p. 13). Referente à inclusão do Desenho junto à Matemática, os autores mencionam Benjamim de A. Carvalho, que identifica o Desenho Geométrico como a “expressão gráfica” da forma que estaria regida por princípios geométricos, e atribuem a indefinição do parecer 540/77 da CFE à ausência de solução para a inclusão do Desenho Geométrico como parte da Matemática, que, na sua visão, teria resolvido o problema de seu ensino.

Sobre a inclusão do Desenho como disciplina da Comunicação e Expressão, os autores dedicam mais espaço para a discussão, inicialmente buscam distinguir a diferença entre o Desenho Geométrico e Técnico do Desenho Artístico, embora na disciplina escolar ministrada

<sup>4</sup> Será feita a citação direta dos textos da resoluções.

antes da reforma é possível identificar a coexistência de ambas as modalidades<sup>5</sup>. Ao associarem o Desenho Artístico à representação da natureza, afirmam que, por sua vez, o Desenho de Precisão teria um objetivo maior, pois, limitando-se

[...] unicamente ao contorno, deve não só insinuar sua intenção, mas dar uma informação exata e positiva de todos os detalhes daquilo que está em sua imaginação e deseja criar. Eis por que o desenho geométrico ou técnico é mais do que a simples representação pictórica de um objeto. **É uma linguagem gráfica completa**, por meio da qual pode descrever minuciosamente o que deseja e criou. (Oliveira e Aita, 1984, p. 14, grifo nosso).

Apoiados na ideia de conceber o Desenho como uma linguagem e, por consequência, uma forma de expressão, Oliveira e Aita (1984, p. 15) afirmam que seria natural que sua inclusão ocorresse no núcleo comum da Comunicação e Expressão como uma “matéria obrigatória” que, inclusive, encontraria respaldo na própria prescrição legislativa, em especial na resolução nº 8/71, que “prevê no ensino de Comunicação e Expressão, diversas linguagens”. Esses autores citam, ainda, a resolução do CFE nº 58/76, que incluiu a Língua Estrangeira como uma das matérias do referido núcleo.

Outra proposta apresentada no 6º Simpósio foi a comunicação “O desenho no 1º e 2º graus”, dos professores do Departamento de Representação Gráfica da Fundação Educacional de Bauru, Benedicto Francisco Cabral Silva, Miguel Velido Rondon e Paulo Kawauchi. Os autores se baseiam nas considerações de Lúcio Costa, publicadas no texto “Ensino do Desenho no curso Secundário”, e no capítulo “A consciência didática no pensamento pedagógico de Rui Barbosa”, parte da tese de livre docência de José de Arruda Penteado, para estruturar a base teórica que lhes serviria para obter

[...] subsídios necessários à organização **de um programa funcional, moderno e útil** à formação de nossos escolares e àqueles que ao concluírem o 2º grau, se destinam aos cursos superiores de Engenharia, Arquitetura, Desenho Industrial, Comunicação Visual, Artes Plásticas e obviamente aos futuros profissionais do ensino de Desenho. (Silva, Rondon e Kawauchi, 1984, p. 2, grifo nosso).

Diferentemente da análise de Oliveira e Aita, que se propunham a pensar formas de viabilizar o retorno do Desenho aos currículos escolares, a proposta de Silva, Rondon e Kawauchi buscou desenvolver um currículo a ser implantado no ensino primário e secundário, no qual os conteúdos do Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Desenho Técnico fossem incluídos ao lado de conteúdos artísticos como desenho de memória e criação, teoria da cor e forma, além de acrescentar aspectos ligados à futura atuação profissional, como a representação em planta de edificações e a comunicação visual, e elencam, como principais objetivos desse programa, levar o estudante a: “1. Representar o meio em que vive; 2. Descobrir, analisar e comparar formas da natureza e do meio criado pelo homem; 3. Representar graficamente, à mão livre e com instrumentos a sua observação e as suas ideias; e 4. Usar a superfície plana e o espaço”. Esses objetivos serviriam para desenvolver: “1. Capacidade de observação; 2. Percepção visual; e 3. Percepção espacial”, com o intuito de estimular a: “1. Capacidade criadora; 2. O espírito de pesquisa; e 3. Representação do meio”

<sup>5</sup> Ao analisar cinco manuais de ensino de Desenho, que estiveram em circulação nas décadas de 1940 e 1950, Adriana Vaz e Rossano Silva observaram referências às seguintes modalidades de Desenho, indicadas em ordem de predominância: Desenho Linear ou Geométrico; Desenho do Natural; Desenho Decorativo; e Letras e Algarismos. Isso demonstra que, apesar da prevalência da linguagem geométrica, havia também a concepção artística na disciplina (Vaz e Silva, 2021).

(Silva, Rondon e Kawauchi, 1984, p. 4). Para explicitar seus objetivos, colocam como considerações gerais do currículo os seguintes pontos:

Observação do meio: As formas da natureza e as formas criadas pelo homem; A forma orgânica: estudo de vegetais e animais; A ação do sol, a luz natural: a sombra própria e a sombra projetada, o reflexo; A forma criada pelo homem: A transformação do meio; A forma das casas, edifícios, praças, ruas, pontes; As formas puras da geometria; Estudo de objetos [...] A relação entre os profissionais que mais diretamente lidam com o meio: o designer, o engenheiro e o arquiteto; Mostrar a aplicação do desenho em cada campo e nas diferentes profissões; O homem e o universo da forma: A beleza e a satisfação pessoal [...] O Desenho de precisão e sua importância na concepção de projetos [...] Desenhar plantas através da observação e percepção do campo [...] O desenho reduzido e ampliado, o desenho em escala natural [...] As cores das casas, dos objetos, dos vegetais; A harmonia das formas, o equilíbrio, o ritmo; O desenho na comunicação visual: A propaganda, a programação visual; O logotipo, o alfabeto [...] A composição (Silva, Rondon e Kawauchi, 1984, p. 4).

A proposição apresentada pelos autores remete às diferentes modalidades de desenho que eram trabalhadas na disciplina antes da reforma de 1971, nas quais identificou-se o Desenho: linear ou geométrico, do natural e o decorativo. Buscou-se atualizá-las ao exercício de novas profissões e áreas que surgiram, como, por exemplo, o Desenho Industrial e a Comunicação Visual. Embora busquem nas considerações gerais de sua proposta conciliar os aspectos artísticos e técnicos do Desenho, a descrição do programa por séries apresenta uma listagem de conteúdos inteiramente baseados no Desenho Geométrico para o primeiro grau e no Desenho Geométrico e Geometria Descritiva para o curso secundário. Citamos, nesse sentido, como exemplo, o conteúdo programático da 7ª série: “1. Reta: perpendiculares e paralelas; 2. Ângulo: construção, bissetriz, operações; 3. Reta: segmentos, operações: soma, subtração, divisão; e 4. Polígonos: construção e determinação de elementos [...]” (Silva, Rondon e Kawauchi, 1984, p. 11). Tal proposição se aproxima da proposta de Oliveira e Aita, que, em seu texto, utilizam sempre o termo “Desenho Geométrico” para propor a reinclusão do Desenho no currículo escolar, o que poderia indicar uma estratégia para que não houvesse sobreposição com a Educação Artística, enfatizando uma concepção de Desenho de Precisão e adaptada ao mundo profissional

Outra questão a se destacar, do 6º Simpósio, foi o anúncio da criação de um grupo de trabalho destinado a apresentar à Secretaria de Educação do Estado do Paraná – SEED – um estudo sobre a reintrodução da disciplina de Desenho no currículo do referido Estado. A participação da então secretária da educação, Gilda Poli Rocha Loures, foi destacada e se aprovou em plenária, no evento, sua indicação como patrona do certame (UEL, 11 out. 1984). No acervo da ABEG, foi encontrada a resolução nº 7249/84 da SEED, que designa o grupo responsável por apresentar em 120 dias os estudos referentes à questão, sendo esse formado por: Léo Kessel, membro do Conselho Estadual de Educação do Paraná; Manuel Nunes da Silva Neto; José Carani, SEED; Marie Claire Ribeiro Póla, UEL; Maria Regina Panico Fraguas; Nanci Bettinardi Couto, UEM; e Aramis Demeterco, CEFET-PR e membro do Conselho Estadual de Educação (PARANÁ, 08 out. 1984).

Sobre os resultados da referida comissão, ainda no acervo da ABEG consta uma carta datada de 26 de abril de 1985, escrita por José Carani, que indica algumas questões a serem esclarecidas para a continuidade dos trabalhos.

Após debates, o G.T. concluiu que, em caso de efetiva implantação da disciplina de Desenho no 1º e 2º graus, haverá necessidade de: 1º) cadastramento, a nível estadual, dos atuais professores habilitados na disciplina; 2º) levantamento de expectativas para fixação de objetivos a serem atingidos com a disciplina de Desenho; e 3º) cursos especiais para a preparação de professores de Desenho. As providências supracitadas somente poderão ser tomadas uma vez decidida a reintrodução da disciplina Desenho nos currículos de 1º e 2º graus e para isso o G.T. necessita de respostas às seguintes perguntas: 1º) A SEED autorizaria aumento do número de aulas semanais nas grades dos cursos de 1º e 2º graus possibilitando a reintrodução de Desenho? 2º) Em caso afirmativo, a SEED autorizaria a reintrodução da disciplina Desenho no núcleo comum das grades ou na parte diversificada? 3º) Em caso negativo, como reintroduzir Desenho estando os espaços ocupados por outras disciplinas? (Carani, 26 abr. 1985, p. 1-2).

Um ponto interessante a ser destacado é a opção de a carta sempre se referir à “Disciplina Desenho”, mesmo que, com a aprovação da Lei 5692/71, a denominação das unidades didáticas utilize o termo “matéria”, indicando que, para o grupo, o Desenho constituía um corpo disciplinar próprio (Chervel, 1990). A carta finaliza apontando uma próxima reunião que seria realizada em 20 de maio de 1985, em Curitiba. Sobre a efetivação da proposta, foi encontrada uma evidência em um artigo do jornal curitibano *Correio de Notícias*, quando mencionou que, por decisão da então secretária de educação do Estado do Paraná Gilda Poli Rocha Loures, no ano letivo de 1985, a disciplina de Desenho deveria ser reintroduzida nos currículos do ensino de primeiro e segundo grau (*Correio de Notícias*, 7 ago. 1985, p. 4).

A sétima edição do Simpósio, ocorrida em 1985, em Juiz de Fora, na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF –, em seu documento final, cita os resultados de cinco grupos de trabalhos, incumbidos em debater o Desenho e a Expressão Gráfica em diferentes níveis educacionais: Grupo I – Pré-escola; Grupo II – 1º grau; Grupo III – 2º grau; Grupo IV – 3º grau; e Grupo V – Pós-graduação (UFJF, 1985). Ao analisar a abrangência do documento, que realizou prescrições para o ensino do Desenho e da Expressão Gráfica em todos os níveis de ensino, percebe-se a tentativa da Associação em pensar bases mais amplas para sua permanência na educação brasileira.

Sobre as discussões do Desenho na educação infantil, é importante salientar que essa não é a primeira vez que a ABPGDDT se dedica a debater o tema; em 1964, ao organizar o I Congresso Brasileiro de Professorado de Desenho, ocorrido na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE –, foi realizada uma palestra preparatória ao certame, pelas professoras Maria Elisa Viegas, Ana Mae Tavares Barbosa e Mirian Didier, intitulada “O desenho como elemento do desenvolvimento psico-educacional” (UFPE, 1964a, p. 8). Mesmo na sexta edição do Simpósio, embora a maioria dos trabalhos versassem sobre o ensino superior, foi oferecido um curso intitulado “O Desenho na Pedagogia Freinet” (Filizzola, 5 nov. 1984). E, posteriormente a 1985, encontrou-se indícios dos debates sobre o desenho infantil, em duas edições do boletim “O Entrelinhas”, publicado pela ABPGDDT. Em 1986, tem-se o artigo da Professora Ana Rosa da Universidade Nacional de Brasília – UnB –, intitulado “Método de Comunicação e Codificação”, que propõe um método de comunicação baseado em signos gráficos para crianças em fase de alfabetização, com o intuito de utilizar o desenho como forma de codificação (Rosa, mar. 1986). No boletim número 10, publicado em junho de 1987, temos a menção de um convite feito pela Fundação Educacional de Assistência ao Estudante, ao então presidente da ABPGDDT, Manuel Caetano Queiroz de Andrade, para

participar do painel “Produção editorial – o compromisso do estado em promover o acesso ao conhecimento”, no qual é mencionado que, após debates, Andrade “insistiu pela divulgação de textos voltados para orientação da **expressão gráfica** das professoras da pré-escola” (ABPGDDT, jun. 1987, p. 2, grifo nosso).

Cabe destacar que os estudos associando a criação infantil como fator de desenvolvimento psicológico se ampliaram na primeira metade do século XX, impulsionados pelo Movimento pela Escola Nova e pelo Modernismo nas Artes. Muitos estudos utilizavam termos como: “grafismo infantil”, “expressão gráfica infantil” e/ou “desenho infantil” para classificar o desenvolvimento gráfico infantil por fases, além de atribuir à arte infantil a capacidade de expressão e autocontrole.

Voltando ao grupo de trabalho sobre a “pré-escola”, do sétimo Simpósio, ao se referir ao desenvolvimento do Desenho para essa faixa escolar, o grupo utiliza termos como “despertar do grafismo”, além de referências aos estágios do desenho infantil, como: “garatuja”, “fase pré-esquemática” e “simbolismo”. Tal classificação, embora não mencionada no texto, faz referência aos estudos do educador austríaco Viktor Lowenfeld, cuja obra teve circulação no Brasil na década de 1960, se configurando em uma referência aos interessados no ensino de Arte e Desenho. Conforme Ricardo Carneiro Antonio,

Dois livros de Lowenfeld, *Desarrollo de la capacidad creadora*, de 1961, e *El niño y su arte*, de 1958, publicados pela editora argentina Kapelusz, contribuíram de forma importante para a formação de educadores brasileiros interessados na participação da arte no desenvolvimento da criança. Lidos inicialmente em espanhol, somente em 1977 o segundo livro teve uma edição em português com o título *A criança e sua arte*, publicada pela editora Mestre Jou. A influência de Lowenfeld teria sido mais importante por suas proposições práticas, que possibilitavam uma sistematização para as atividades de sala de aula [...] (Antonio, 2018, p. 80).

É interessante destacar que o grupo formado por professores universitários, entre os quais figurava Manuel Caetano Queiroz de Andrade, presidente da ABPGDDT, utilizam como pressupostos de sua orientação uma tendência de ensino de Arte denominada de livre-expressão, cujos pressupostos preveem que a atividade artística infantil deve ser livre de padrões estéticos adultos e que a criatividade e a expressão devem ser asseguradas, como, por exemplo, ao comentar sobre o “desenho de garatuja”, é feita a seguinte recomendação: “[...] a não procura de composição, beleza plástica ou qualquer outro requisito estético” (UFJF, 1985, p. 2). As prescrições propostas pelo grupo visavam que o desenvolvimento do grafismo infantil ocorresse de forma livre, apesar de indicar certa dirigibilidade das atividades. As orientações destoam da forma como a disciplina de Desenho era trabalhada nos currículos escolares anteriormente à Lei 5692/71, na qual a cópia e a precisão eram fatores fundamentais, opositão que pode ser constatada no seguinte trecho, ao comentar sobre o simbolismo:

**Fazer da expressão gráfica um subsídio** prévio para posterior introdução da letra e do número. Para pôr em exercício esta recomendação, necessita-se: 1º - Evitar o preenchimento e coloração de contornos previamente estabelecidos **pelo professor ou qualquer adulto**; 2º - A escolha de temas capazes de originar as representações gráficas infantis, **devem surgir sempre das crianças**; e 3º - O julgamento do resultado ou “a decodificação” deve sempre ser feita pelo grupo de crianças **sem interferência da professora ou de qualquer espécie de adulto** [...] (UFJF, 1985, p. 3, grifo nosso).

As orientações visam dar autonomia ao processo criativo da criança, evitando que sejam julgados ou avaliados por diretrizes de uma estética adulta. Como mencionado anteriormente, tais orientações fazem parte de tendências pedagógicas ligadas ao Modernismo nas Artes, que influenciou a percepção da Arte Infantil, dando-lhe certa autonomia e se opondo a concepções do ensino de Arte denominadas, na década de 1980, de “tradicionais”, as quais mencionavam as disciplinas de Desenho e Trabalhos Manuais, que, na maioria das vezes, se baseavam em cópias de modelos pré-estabelecidos pelos professores.

Outro ponto a ser destacado é a opção do grupo em denominar o processo do desenvolvimento do desenho infantil de “expressão gráfica”, pois, na fase inicial da Associação, o uso do termo referia-se às disciplinas acadêmicas ligadas ao Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Desenho Técnico, enquanto as referências à disciplina escolar utilizavam a nomenclatura “Desenho”. Tal uso indica que a Associação buscava ampliar o conceito de Expressão Gráfica, relacionando-o em termos mais genéricos ao Desenho em suas múltiplas possibilidades e modalidades. Tal indicativo aparece também no grupo de trabalho do primeiro grau, que utiliza o termo “Expressão e Elaboração Gráfica”. Ao apresentar essa nomenclatura, esse grupo propõe que ela seja uma renovação do “antigo programa de desenho” indicando sua modernização (UFJF, 1985). Ao descrever os objetivos da introdução da “Expressão e Elaboração Gráfica” nos programas de 1º grau, cita: “elevar a qualificação metódica do educando, para a percepção de espaços, volumes, superfícies e demais entidades, bem como de suas correlações” (UFJF, 1985, p. 6). Para cumprir tal objetivo, é recomendada uma renovação na forma de se pensar a disciplina de Desenho, e de como ela foi conduzida anteriormente

[...] em benefício deste objetivo maior torna-se forçoso substituir o antiquado repertório prenhe de exatidão (sic) e de preocupações restritivas do velho “desenho” por algo mais rico assim como ordenamento sensorial e elasticidades plásticas. **O conteúdo programático e a didática da Expressão e Elaboração Gráfica têm muito a ver, portanto, com seu correlato Artes Plásticas**, e com ele deve interagir de forma interdisciplinar e em termos de complementariedade (UFJF, 1985, p. 8, grifo nosso).

A proposição apresentada pelo grupo buscava a aproximação do Desenho através da “Expressão e Elaboração Gráfica” à disciplina instituída nos currículos escolares de Educação Artística, que tinha como um de seus conteúdos a área de Artes Plásticas. Tal associação difere de uma posição defendida no I Congresso de Professorado de Desenho, organizado pela ABPGDDT em 1964, no qual foi debatida uma proposição de substituir a palavra Desenho, em referência aos cursos de Formação de Professores, por Artes Plásticas, sendo tal proposta recusada pela assembleia considerando os seguintes motivos:

1 – **A consagração da terminologia Desenho traduzia uma tradição de séculos** exigindo, portanto, a sua mutação um arrazoado antes de tudo capaz de sobrepor as conveniências fortuitas e temporárias; 2 – A inconveniência da terminologia Artes-Plásticas por encerrar a primeira das palavras propostas uma conceituação transcendente jamais explicável em termos de didática; e 3 – A relativa inoperância da substituição da terminologia principalmente porque **o que se desejava era a clareza e precisão do objetivo psico-educacional da disciplina Desenho**, jamais atingido pela terminologia proposta (ABPGDDT, 1964a, p. 36, grifo nosso).

As razões apresentadas pela assembleia do evento afirmam que havia uma tradição na denominação Desenho, o que a diferenciava das Artes Plásticas por sua precisão tanto em termos de conteúdo quando de procedimentos didáticos. Ressalta-se que, nesse momento, a

disciplina de Desenho, apesar de não ser mais obrigatória, era um componente curricular optativo e mantido em diversas redes de ensino no país, e que a nomenclatura Artes Plásticas seria mais difundida na década de 1970 com a criação dos cursos de licenciatura longa em Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas. Tal configuração deve ter motivado o grupo de trabalho do sétimo Simpósio a propor uma posição diferente daquela tomada em 1964, buscando adaptar a reinclusão do Desenho à área de Artes Plásticas.

Embora os grupos da pré-escola e primeiro grau buscassem, de certa maneira, uma renovação nos objetivos e percepção do papel assumido pelo Desenho e pela Expressão Gráfica, nos currículos escolares, a proposição do grupo do segundo grau manteve as recomendações realizadas no sexto Simpósio, propondo um programa baseado no Desenho Geométrico e na Geometria Descritiva:

1º ano – Curvas cônicas: estudo, traçado lógico e aplicações; Curvas cíclicas [...] Teoria elementar das projeções; Projeções ortogonais. 2º ano – Estudo do ponto, reta e plano; Posições relativas de pontos, retas e planos; Interseção [...] Processos descritivos: mudança, rotação, rebatimento; Figuras planas. 3º ano – Projeção de sólidos; Seções Planas (planificação de sólidos); Perspectiva cilíndrica e cônicas (UFJF, 1985, p. 11).

O grupo faz referência ao termo Desenho, indicando-o como disciplina e, diferentemente da posição dos grupos anteriores, efetua críticas ao ensino da Educação Artística, afirmando que os conteúdos ministrados nela não atendem às demandas necessárias ao ensino do Desenho, que, pela configuração do programa, faz referência à percepção de um desenho de precisão.

Por sua vez, o grupo responsável pelo estudo da disciplina no terceiro grau reafirma a posição que o ensino da Expressão Gráfica enfrenta dificuldades no ensino superior pela inexistência do ensino de Desenho no primeiro e segundo graus. E propõe que os núcleos regionais da ABPGDDT elaborem “ementas ideais” para as disciplinas lecionadas nas universidades, as quais, depois, seriam debatidas de forma ampla, estabelecendo uma unidade. Tal proposição deveria ser apresentada a associações de classe “que tenham interesse na formação de profissionais com real capacidade nas áreas de expressão gráfica” (UFJF, 1985, p. 14), bem como às coordenações de curso.

Ainda, nas ações indicadas, seria necessário que fossem acionadas as secretarias de educação dos Estados, com o intuito de implantar nos currículos o ensino do Desenho, além da reinclusão das provas específicas de Expressão Gráfica para as áreas de Arquitetura, Artes, Desenho, Educação Artística, Engenharias e Matemática. É interessante destacar que as proposições desse grupo voltam a referenciar a Expressão Gráfica como o conjunto de disciplinas acadêmicas que seriam a referência para as disciplinas escolares.

E, por fim, o grupo de trabalho da pós-graduação propõe a criação em caráter de urgência e por tempo determinado de “cursos de pós-graduação volantes”, que teriam por objetivo a “capacitação e aperfeiçoamento dos professores que militam em distintas áreas de **representação gráfica** nas várias universidades do país” (UFJF, 1985, p. 16, grifo nosso). O intuito desses cursos volantes seria evitar o deslocamento de docentes para locais que já ofertavam cursos de especialização em Desenho, como, por exemplo, a UFSC, mas propõe a criação de equipes de trabalho que ministrariam as aulas nas localidades que demandassem.

O oitavo Simpósio foi realizado em 1986, no Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET –, Celso Suckow da Fonseca. Sobre os resultados do evento, foi publicado no boletim “O Entrelinhas” número 10 (ABPGDDT, jun. 1987), uma reportagem intitulada “Ecos do 8º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico”, que traz uma série de

fotografias do evento, além de uma carta da professora Magali Tavares Rodrigues da Silva, coordenadora do Núcleo Rio da ABPGDDT, na qual ela menciona que, como resultado dos debates em assembleia, seja repensado o papel das Licenciaturas em Desenho, “cuja equivocada vinculação à educação artística vem acentuando seu definhamento, fazendo-as tender à extinção” (ABPGDDT, jun. 1987, p. 9).

Os cursos de Licenciatura em Desenho e de Desenho e Plástica foram instituídos a partir dos cursos de Professorado de Desenho, no final da década de 1960, mas, com a mudança de currículo efetuada pela Lei 5692/71, com o estabelecimento da Educação Artística e, conseqüentemente, com a criação das licenciaturas de mesmo nome, o papel dessas licenciatura se tornou confuso, e muitos profissionais acabaram por assumir o componente curricular Educação Artística na falta de unidades escolares que ofertassem o Desenho. Nesse sentido, conforme a carta citada acima, a assembleia do oitavo Simpósio aprovou a seguinte proposta: “[...] que a licenciatura em desenho – por isto, entendida as grafo-geometrias – viesse a constituir-se numa segunda habilitação da licenciatura em matemática” (ABPGDDT, jun. 1987, p. 9). Tal posição se coloca em consonância com propostas apresentadas anteriormente, que visavam desvincular o ensino do Desenho à Educação Artística, ou seja, o Desenho proposto pela Associação seria aquele com bases fundamentadas no Desenho Geométrico e na Geometria Descritiva, desvinculando-se da linguagem artística. Nesse sentido, cabe destacar que, ao propor um Desenho com base nas “grafo-geometrias”, de certa forma, as proposições da Associação se alinham àquelas expressas pelo parecer 570/77 do CFE, o qual menciona que, ao se aproximar da geometria, o Desenho estaria mais próximo à Matemática (Brasil, 1977).

Ainda sobre a reportagem, é interessante destacar que foram apresentados alguns títulos das conferências, que nos dão indícios das temáticas debatidas no evento; entre elas, temos: “A importância do desenho de Luiz Nunes na Arquitetura Contemporânea Brasileira”, de Manuel Caetano; “Desenho Industrial”, de Rosa Menasché; e “Geometria a quatro dimensões”, de Vilaboim. Pela leitura dos títulos, percebemos três temáticas que aparecem com constâncias nos simpósios desde suas origens, em 1955: a Arquitetura, o Desenho Industrial e aquelas ligadas à teoria projetiva e fundamentos das disciplinas de Expressão Gráfica. Ainda, foram identificadas três palestras com o intuito de debater o papel educativo do Desenho, sendo elas: “A importância do Desenho na Educação Física”, de Ana Cleide Botelho; “Didática Especial do Desenho”, de Maria Helena Lacourt; e “Provas de Aptidão Gráfica da UFPE”, de Ana Magda Alencar Correia.

### **3. Mudanças no Campo Disciplinar da Expressão Gráfica**

As edições de número nove e dez dos Simpósios marcam uma mudança nos discursos proferidos pela Associação. Se, nas edições analisadas anteriormente, a reinclusão do Desenho nos currículos escolares marcou a tônica dos resultados, essas duas edições mencionadas anunciam uma mudança de percepção do conceito de Expressão Gráfica, na qual as tecnologias digitais passam a ocupar a cena em conjunto com as discussões anteriores e voltam-se mais ao Ensino Superior. Já em relação ao Desenho, os debates não procuram mais prescrever conteúdos, mas voltam-se ao ingresso nos cursos superiores.

O nono Simpósio ocorreu com um intervalo de três anos, em 1989, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – EPUSP –, porém não foi encontrada na documentação explicações sobre o motivo da mudança da periodicidade do evento, considerando que, desde seu retorno em 1983, os simpósios ocorriam anualmente. Nessa

edição, diferente das demais, em sua carta de intenção, não há menção direta ao retorno da disciplina de Desenho aos currículos escolares, mas foi feita de forma indireta ao mencionar a necessidade do retorno das provas de Desenho nos concursos de vestibular, sendo justificada como:

[...] principal meio saneador das dificuldades enfrentadas no efetivo quadro do ensino de Desenho. Sua obrigatoriedade traria imediatamente, como reflexo, **uma melhor distribuição da matéria nos 1º e 2º graus**, aliviando a carga programática do 3º grau e permitindo, assim, que o tempo possa ser aproveitado com assuntos mais avançados, **de acordo com o atual nível de desenvolvimento da tecnologia** (ABEG, set. 2003, p. 5, grifo nosso).

A menção ao retorno do Desenho nos currículos escolares estaria atrelada à sua obrigatoriedade nos vestibulares e, embora não seja descrito, acredita-se que a referência seja ao Desenho em suas bases geométricas e projetivas, como reivindicadas nas edições anteriores do simpósio. Outro ponto a ser destacado é a referência feita ao “atual nível de desenvolvimento” tecnológico. Apesar de a inserção da computação gráfica ser um assunto que apareceu em comunicações e palestras nas edições passadas do evento, é a primeira vez que, nos resultados, é apresentada tal demanda, que passará a ser central nos eventos futuros. Como resultado do evento, temos as seguintes considerações:

[1] Recomendar o exame da situação do ensino de Desenho em todos os níveis, buscando uma rápida atualização face às necessidades do crescimento da tecnologia e, ao mesmo tempo, procurar fomentar o desenvolvimento científico do país; [2] Promover, por todos os meios, a capacitação de profissionais da área na utilização dos princípios gráficos em aplicação de computadores e outros meios de informática, aumentando o domínio da visualização espacial a partir das **representações gráficas** [...] (ABEG, set. 2003, p. 5, grifo nosso).

Os argumentos pautados no ensino de Desenho e sua relação com o desenvolvimento são uma constante nos discursos proferidos nos simpósios desde suas primeiras edições, estando associadas ao desenvolvimento industrial, com a criação de cursos de Desenho Industrial (ABPGDDT, 1983 e ABEG, set. 2003), mas é nessa edição que o foco muda para contribuições das tecnologias computacionais para a Expressão Gráfica; tal relação alteraria a concepção da área, que agregaria, a partir desse momento, os princípios da geometria projetiva à computação gráfica, o que trouxe novos significados ao termo (Silva e Braviano, 2024).

Outro ponto a ser destacado nas considerações supracitadas é o uso do termo “Representações Gráficas”; embora ele apareça em edições anteriores, é nessa que ganha maior destaque, e passará a aparecer conjuntamente com as menções aos termos Expressão Gráfica e Desenho. Tal uso nos indica que a Associação buscava a renovação dos conceitos anteriormente utilizados, acrescentando uma camada a mais de sentidos.

Na palestra de abertura do evento, intitulada “Ciência e Filosofia Gráfica”, Ubiratan D’Ambrosio, da Universidade Estadual Paulista – UNESP –, traz reflexões sobre as representações em perspectiva e aquelas criadas por computador. Nos anais do evento, temos um resumo de suas proposições iniciais, nas quais associa a capacidade de representar à comunicação humana, sendo a primeira uma maneira de “entender, explicar, manejar a realidade natural” (D’Ambrosio, 1989, p. 1), e afirma, na continuidade, que:

[...] na aquisição de conhecimento, surge a necessidade de comunicar-se com o outro distante e isso se dá pela representação, **que é fazer-se (re)**

**presente na ação.** A ciência, como conhecimento acumulado, depende de codificações e símbolos associados a essas representações, ou daquilo que poderíamos chamar de **representação gráfica** (D'Ambrosio, 1989, p. 1, grifo no original).

Se, em comentários anteriores, o Desenho era considerado uma linguagem universal, o conceito de Representação Gráfica assume essa capacidade de codificação do conhecimento e, pelas considerações de D'Ambrosio, podemos indagar se o termo passa a englobar o Desenho, seja ele feito a mão ou digitalmente. Tal suposição leva à seguinte questão: O uso do termo Representação Gráfica seria uma tentativa de a Associação repensar o Desenho e a Expressão Gráfica alterando seu significado?

Ainda sobre a nona edição do Simpósio, cabe ressaltar que, a partir dos títulos das comunicações e minicursos realizados (EPUSP, 1989), constatamos que as temáticas, em sua totalidade, se referem a: aspectos teóricos e do ensino da Geometria e da Geometria Descritiva; aspectos teóricos e do ensino da Visualização; aplicações do Desenho Técnico nos cursos de Engenharia; e uso das tecnologias digitais. Todas as temáticas apresentadas se inserem no contexto do ensino superior, não havendo trabalhos sobre o ensino escolar, o que demarca a diferenciação entre a Expressão Gráfica entendida como o corpo de disciplinas acadêmicas e do Desenho como disciplina escolar.

A ênfase no uso do computador como ferramenta no ensino de Expressão Gráfica acompanha um movimento dos debates, realizado em âmbito internacional. No 2º Encontro Regional de Professores de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, promovido pelos núcleos Centro-Sul da ABPGDDT, realizado na Universidade de Mogi das Cruzes – UMC –, em 1990, encontramos alguns indícios da percepção sobre o uso das tecnologias computacionais na área. Na ata da primeira sessão do evento, foi mencionada a participação da professora Maria Helena Wyllie Lacerda Rodrigues, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, em dois congressos internacionais realizados em Viana (1988) e em Miami (1990). A apresentação dos resultados dos congressos aponta para a urgência em atualizar o ensino de Desenho, a “nova ferramenta trazida pela era da informática” (UMC e POLI-USP, 1990, p. 1). Na ata da terceira sessão, que indicaria propostas temáticas para o 10º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, temos a seguinte proposição: “Utilização do Computador nas **representações gráficas**” (UMC e POLI-USP, 1990, p. 2, grifo nosso).

Outro documento que indica essa aproximação foi a tradução e publicação, feita pela Associação, dos Anais da 3ª Conferência Internacional de Engenharia Gráfica e Geometria Descritiva (ABPGDDT, 1988), realizada em Viena. O evento contou com três eixos temáticos: 1. A gráfica teórica e a geometria aplicada; 2. Engenharia gráfica computadorizada; e 3. Ensino de engenharia gráfica. Ao analisar o documento, verificamos que, dos quatorze trabalhos apresentados, sete versavam sobre a inserção do desenho assistido por computador nas disciplinas de Expressão Gráfica do Ensino Superior. Na introdução, o presidente da Associação, Manoel Caetano de Queiroz de Andrade, comentou que, neste momento, quando “a linguagem gráfica assume mundialmente, pela computação, o papel preponderante no desenvolvimento tecnológico de cada país, nos parece inquestionável que a nossa educação deva dominar completamente esse meio de comunicação” (ABPGDDT, 1988, p. 7).

As temáticas que relacionam o uso das tecnologias digitais no ensino e nas práticas da Expressão Gráfica se ampliam progressivamente nas edições posteriores dos simpósios. Isso nos indica que as mudanças advindas desse processo se configuram em alterações no próprio conceito de Expressão Gráfica, que já não seria delimitado pelas disciplinas que configuraram o primeiro momento da Associação. Isso permite indagar se pensar a Expressão Gráfica sobre a

ótica das tecnologias digitais poderia se constituir como uma estratégia de valorização das disciplinas e seu alinhamento ao ensino superior.

Ainda sobre a nona edição do evento, cabe destacar que, apesar de priorizar seu papel no Ensino Superior, a Associação buscou, através da alteração de seu primeiro estatuto, aprovado em 1964, ampliar seu alcance. Inicialmente, o documento estabelecia em seus objetivos que a Associação representaria o magistério superior, se destinando ao “aperfeiçoamento do ensino da Geometria Descritiva e Desenho Técnico, em nível superior” (ABPGDDT, 1964b, p. 1). Já no novo estatuto, a redação do item foi alterada na última parte, para incluir “todos os níveis” (ABPGDDT, 1989, p. 1). Tal mudança buscava facilitar a entrada de novos membros, o que reflete uma estratégia visando ampliar o seu alcance, agregando professores de diferentes níveis de ensino.

Sobre os Simpósios Nacionais de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, vale destacar que em sua 10ª edição, ocorrida em Brasília, em 1991, foi incluída a denominação “Graphica”, e em 1996, na 12ª edição, ocorrida em Florianópolis, adotou-se a denominação “Congresso Internacional de Engenharia Gráfica nas Artes e no Desenho”. A designação “Engenharia Gráfica”, de certa forma, faz referência ao evento internacional mencionado anteriormente, além de indicar que as disciplinas que formam o escopo da Expressão Gráfica se aplicam não apenas para áreas de Engenharia e Arquitetura, mas também para as Artes e o Design, o que acrescentaria uma nova camada aos sentidos ao termo. Ao adotar a denominação Graphica, a Associação busca ampliar o seu alcance, ao transformar o evento em internacional, ao mesmo tempo que a denominação faz referência ao termo “Gráfica”, ampliando a gama de áreas a serem abordadas de forma distinta das denominações dos simpósios. Sobre a mudança de nomenclatura, em uma carta endereçada à presidência da ABPGDDT, a professora Teresa Cristina de Oliveira Costa Pinto, Universidade Nacional de Brasília – UnB –, expõe os seguintes argumentos:

1. **Os novos meios de produção de imagens das representações gráficas** envolvem, necessariamente, a técnica das nossas disciplinas, mas atuam em áreas que transcendem o enfoque restrito de representações técnicas. **Vemos todos os dias imagens geradas dentro do mais estrito conhecimento de geometria e desenho técnico, claramente representativas das técnicas projetivas**, em áreas tão diferentes quanto comunicação, publicidade, televisão, desenho industrial, engenharia mecânica, arquitetura ou artes plásticas; 2. A tendência para o trabalho computadorizado com a noção de ‘objeto’ [...] como produto das vistas geométricas planas, obriga uma reavaliação dos conteúdos, da metodologia, da abrangência, da didática e, dentro em breve, provavelmente da própria noção de desenho técnico e geometria descritiva; 3. Face às mudanças na abrangência da Geometria Descritiva e do Desenho Técnico, buscaram-se nomes alternativos e de mais apelo mercadológico para as novas áreas (Engenharia Gráfica, Engenharia de Computação Gráfica, etc.) [...] (Pinto, 27 dez. 1990, p. 1-2, grifo nosso).

A exposição dos argumentos destaca dois pontos que caracterizam a alteração do conceito de Desenho e Expressão Gráfica: primeiro, a noção que o uso dos conhecimentos de representação gráfica não seria uma atribuição única dos profissionais de Engenharia, mas é plural, o que caracteriza a área como um campo de interesse de diversas profissões; segundo é a constatação que a computação gráfica alteraria a maneira de se pensar os usos e o próprio ensino, observação corroborada pelo comentário publicado no Boletim da Associação:

Se em 1988 discutia-se a adequação e as possíveis formas de uso do computador na prática e no ensino de Desenho, no ano de 1991, a chamada computação gráfica já havia se tornado uma realidade nas escolas e na prática profissional [...] Diante do desenvolvimento e da disseminação das novas tecnologias que trouxeram à representação gráfica horizontes até então não vislumbrados, **buscava-se encontrar os instrumentos, as metodologias e os caminhos do “novo desenho”**, sua inserção no ensino médio e reavaliação no ensino superior, enfatizando, mais do que a técnica de representação, o instrumento de visualização e apreensão da realidade (ABEG, set. 2003, p. 5).

Pelo exposto no comentário, percebe-se que a compreensão de que as Representações Gráficas geradas pelas tecnologias computacionais são uma renovação do conceito de Desenho. Embora os anais do evento não tenham sido publicados, é possível perceber, em um documento denominado “Abaixo Assinado”, a tônica das discussões que refletem a questão da reinclusão do Desenho na educação básica e a relação com as novas tecnologias computacionais.

Para que o País possa competir no mercado internacional, é necessário que seus produtos tenham melhor qualidade [...] **é necessário o domínio dos conhecimentos básicos do Desenho por parte dos operários**, para evitar desperdícios de matéria prima e otimizar a nossa produção [...] Se na atualidade se constatam esses problemas, advindos da falta do ensino de Desenho, por outro lado, o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias, e a conseqüente informatização da sociedade, não nos deixam outra alternativa senão atuar de forma preventiva na formação global do cidadão, desenvolvendo todas as suas potencialidades, incluídas aí o desenvolvimento da percepção, da criatividade, dos raciocínios abstrato e espacial (GRAPHICA 91, 18 out. 1991, p. 2, grifo nosso).

Os argumentos apresentados relacionam as mudanças feitas pelas “novas tecnologias” à necessidade de reintroduzir a disciplina de Desenho nos currículos escolares, não apenas como preparação para o vestibular, mas também para a formação profissional. Embora, o documento final da assembleia tenha destacado a questão de reinclusão do Desenho para fins de profissionalização, um dos documentos encontrados no acervo da ABEG, denominado de Anexo II, que parece ter sido planejado para a inserção nos anais, traz dois textos: o primeiro é o artigo já comentado de Oliveira e Aita, que fez parte da sexta edição do simpósio, e o segundo é o texto “A Reinclusão da Prova de Desenho nos Exames Vestibulares da Escola Politécnica da USP”, de Luiz Bandeira Laterza, que analisa inicialmente o ensino das disciplinas de Desenho nos cursos de engenharia da USP e faz relações com o ensino secundário, argumentando que, quando a disciplina existia nesse grau, o aproveitamento nas disciplinas acadêmicas era melhor. Após, faz uma análise das alterações no processo de admissão da instituição, identificando o início das provas de Desenho, em 1937, e seu fim, em 1977. Para o autor, a ausência do Desenho no currículo escolar acarretou: “sérios prejuízos à formação de nossos jovens, pois os têm privado de valiosa forma de comunicação e resolução de problemas [...]” (Laterza, 1991, p. 40).

A concepção de Desenho utilizada pelo autor é como nos discursos analisados, referente ao Desenho de Precisão, baseada no Desenho Geométrico e na Geometria Descritiva, e, ainda, conforme sua explanação, a ausência de tal conhecimento trouxe prejuízos ao Ensino Superior,

[...] na medida em que obrigou a aumentarem a carga horária para que pudessem ensinar Desenho aos alunos ingressantes, ou então rebaixando o

nível de ensino do Desenho, como forma de se adaptarem às deficiências de formação dos alunos ingressantes (Laterza, 1991, p. 40).

Nesse sentido, o autor traça uma relação direta entre o currículo escolar e seu impacto no Ensino Superior e, como forma de resolução do problema, sugere a reinclusão da prova de Desenho, na segunda fase do vestibular, voltada especificamente para candidatos das áreas de Ciências Exatas e Engenharias. Sobre o programa das provas, sugere que seja baseado no Desenho Geométrico e na Geometria Descritiva, e, posteriormente, poderia incluir outros assuntos, como: “Desenho Projetivo, Perspectivas Cônicas e Cavaleira, voltando, assim, a coincidir com o antigo programa exigido nos Exames Vestibulares” (Laterza, 1991, p. 50). A proposição de Laterza volta a demandar a reinclusão Desenho pensado na sua relação com as disciplinas acadêmicas que compõem a Expressão Gráfica e reafirma o entendimento dos prejuízos da sua retirada dos currículos escolares, mantendo consonância com os discursos analisados nas edições analisadas do simpósio.

#### **4. Considerações Finais**

A análise dos discursos proferidos nas edições dos simpósios permitiu identificar que a modalidade de Desenho pensada para a reinclusão da disciplina nos currículos escolares era aquela ligada às disciplinas acadêmicas da Expressão Gráfica, em especial o Desenho Geométrico e a Geometria Descritiva, modalidades que compunham a disciplina escolar antes da reforma instituída pela Lei 5692/71. Esses discursos, entretanto, descartavam, especialmente para o ensino primário e secundário, outras modalidades de Desenho ligadas à sua dimensão artística, como o Desenho do Natural e Decorativo.

A exceção aparece ao se comentar o Desenho para a educação infantil; nesse caso, percebeu-se a relação com as concepções ligadas ao Ensino de Arte, como a livre expressão e os estudos do grafismo infantil. Nesse sentido, ao pensar a reinclusão do Desenho nos currículos dos ensinos primário e secundário, há a tentativa de afastamento da concepção do Desenho como linguagem artística, o que poderia ser considerada uma estratégia para se diferenciar da Educação Artística, bem como estabelecer uma relação com os conteúdos acadêmicos da Expressão Gráfica.

Assim, o termo Desenho era, para a Associação, em sua fase inicial, uma referência à disciplina escolar que tinha por objetivo subsidiar o ensino de Expressão Gráfica no ensino superior, baseada no Desenho de Precisão (Desenho Geométrico, Geometria Descritiva e Desenho Técnico). Nos discursos analisados, percebe-se que, apesar de se manter esse entendimento, há a percepção da necessidade de se pensar em um “novo desenho” que, ao mesmo tempo, mantivesse a essência de sua definição anterior, mas procurasse ser uma linguagem de comunicação, distinta de sua contraparte artística. Mesmo assim, percebe-se que suas prescrições ainda mantinham as bases “tradicionais” do Desenho Geométrico e Geometria Descritiva. Uma estratégia que fica evidente nos discursos proferidos nos simpósios foi a associação do Desenho à formação profissional, seja aquela do operário em um nível básico, seja aquela de acesso ao nível superior pela constante reivindicação da reintrodução das provas de vestibular.

Com isso, identifica-se nos discursos que o conceito de Expressão Gráfica prioritariamente defendido pela ABPGDDT é aquele relacionado às formas de representação, ou seja, associado às dimensões projetuais e de precisão baseadas na geometria, pensado tanto para as disciplinas acadêmicas da Expressão Gráfica como para a disciplina escolar de Desenho, distinguindo-se de uma concepção artística. Com a incorporação das novas tecnologias

computacionais, discutidas nas últimas edições analisadas dos simpósios, o conceito passa a agregar novos sentidos ao lado da concepção original. Assim, a Expressão Gráfica seria entendida como as representações gráficas baseadas nas “grafo geometrias”, que poderiam incorporar tanto aquelas feitas a mão livre, quanto por instrumentos ou de forma digital. Ao agregar os termos Representação Gráfica e Engenharia Gráfica, percebe-se que os seus objetivos se voltam principalmente ao ensino superior, o que levaria gradativamente a uma distinção entre os currículos escolares e acadêmicos.

Considerando que as edições posteriores dos simpósios diminuíram a atenção para as questões relacionadas ao ensino escolar, esta pesquisa, na sua continuidade, buscará identificar como esse nível de ensino é contemplado e se houve mudanças nos sentidos atribuídos ao termo Expressão Gráfica.

## Referências

- ABEG. Síntese dos Simpósios (1955/1989). **Boletim ABEG**: Edição especial comemorativa dos 40 anos da Associação Brasileira de Expressão Gráfica. Juiz de Fora: Acesso Comunicação Jr, set. 2003, 12 p.
- ABPGDDT. **Estatuto da Associação Brasileira de Professores de Geometria Descritiva e Desenho Técnico**. Embu - SP, 1989, 6 p.
- ABPGDDT. Anais da III Conferência Internacional de Engenharia Gráfica e Geometria Descritiva. Recife, 1988, 194 p.
- ABPGDDT. Docentes para pré-escola. **O Entrelinhas**. Recife: Ed. Comunicarte, jun. 1986, p. 2.
- ABPGDDT. **Síntese dos quatro Simpósios Nacionais de Geometria Descritiva e Desenho Técnico realizados entre os anos de 1955 e 1963**. Bauru: Fundação Educacional de Bauru, 1983, 79 p.
- ABPGDDT. **I Congresso Brasileiro de Professorado de Desenho**. Recife: Escola de Belas Arte da UFPE, 1964a, 120 p.
- ABPGDDT. **Estatuto da Associação Brasileira de Professores de Geometria Descritiva e Desenho Técnico**. Recife, 1964b, 7 p.
- ANTONIO, Ricardo Carneiro. Leituras de professoras: a circulação de ideias acerca de arte e educação no Paraná na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018, p. 1-23.
- BRASIL. **Parecer nº 853/71, C.E.S.u. 1º e 2º graus, aprovado em 12 novembro-1971**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, 1971, 30 p.
- BRASIL. **Parecer nº 540/77, de 10 de fevereiro de 1977, do CFE**. Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art. 7º da Lei 5692/71. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, 1977, 13 p.
- CARANI, José. **Carta**. Londrina, 26 abr. 1985, 2 p.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Gilda manda desenho de volta a escola. In.: **Correio de Notícias**, Curitiba, 7 ago. 1985, p. 4.
- D’AMBROSIO, Ubiratan. Ciência e Filosofia Gráfica. In.: **EPUSP, Anais do 9º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico**. Embu: 1989, p. 1.

- EPUSP, Anais do 9º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Embu: 1989. 94 p.
- FILIZZOLA, Therezinha. **Relatório**. Rio de Janeiro: CEFET – Celso Suckow da Fonseca, 5 nov. 1984. 8 p.
- FULGÊNCIO, Vinicius Albuquerque, FIGUEIREDO, Lucas e BARROS, Amélia de Farias Panet. Expressão Gráfica como área de conhecimento: uma análise a partir dos meios e sujeitos acadêmicos. **Revista Brasileira de Expressão Gráfica**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2022.
- GRAPHICA 91. Abaixo Assinado. Brasília, 18 out. 1991, manuscrito. Acervo ABEG, 2 p.
- GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria & Educação**. São Paulo: UNESP, n.2, 1990, p. 230-254.
- GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018, 160 p.
- LATERZA, Luiz Bandeira de Mello. A reinclusão da prova de Desenho nos exames vestibulares da Escola Politécnica da USP. In.: GRAPHICA 91. **Anexo II**. Brasília, 1991, p. 1-56.
- KOSELLECK, Reinhart. **Historias de los conceptos: estudios sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social**. Madrid, ES: Editorial Trotta, 2012, 378 p.
- OLIVEIRA, Bugre Toropí de e AITA, Tomás J. **O ensino da matéria de desenho no 1º, 2º e 3º graus**. Londrina: 6º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico – ABPGDDT – UEL, 1984, 17 p.
- PARANÁ. **Resolução nº 7249/84**. Curitiba: SEED, 08 out. 1984, 2 p.
- PINTO, Teresa Cristina de Oliveira Costa. **Carta endereçada ao Professor Sergio Ferraz Contijo de Carvalho**. Brasília, 27 dez. 1990, manuscrito. Acervo ABEG, 2 p.
- ROSA, Ana. Método de Comunicação e Codificação. **O Entrelinhas**. Recife: Ed. Comunicarte, mar. 1986, p. 5-6.
- SILVA, Benedicto Francisco Cabral, RONDON, Miguel Velido e KAWAUCHI, Paulo. **O Desenho no 1º e 2º graus**. Londrina: 6º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico – ABPGDDT – UEL, 1984, 26 p.
- SILVA, Rossano e BRAVIANO, Gilson. Constituição da Associação Brasileira de Expressão Gráfica: Um Estudo Preliminar. In.: **Anais do XV Internacional Conference on Graphics Engineering for Arts and Design**. Pelotas: UFPEL, 2024, no prelo.
- UEL. **Carta de Princípios**. Londrina: 6º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico – ABPGDDT – UEL, 14 out. 1984, 1 p.
- UEL. **Resolução Nº 1: Plenária de 11/10/84**. 6º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico – ABPGDDT – UEL, 11 out. 1984, 1 p.
- UFJF. **Documento Final**. Juiz de Fora: 7º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico – ABPGDDT – UEL, 11 out. 1985, 17 p.
- VAZ, Adriana e SILVA, Rossano. O desenho do natural e suas visualidades: um olhar sobre as prescrições do ensino de desenho do curso ginásial, no Brasil (1941-1959). In: Sidiney Peterson F. de Lima e Renato Torres. (Org.). **História(s) do ensino de artes visuais na América Latina: do desenho à leitura de imagens**. 1ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2021, v. 15, p. 39-67.